



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM
Av. Almirante Barroso, 2380, Marco, CEP 66.093-034 - Telefone: (91) 31311600

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM (CPMEAQLG), REALIZADA NO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2013, ÀS 11:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA OUVIDORIA AGRÁRIA DO TJE, ONDE ESTIVERAM PRESENTES: O PRESIDENTE DA COMISSÃO, DESEMBARGADOR OTÁVIO MARCELINO MACIEL; DR. MARCIO MOTA VASCONCELOS – REPRESENTANTE DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO; DR. IBRAIN ROCHA, REPRESENTANTE DA OABPA; DR. GIROLAMO DOMENICO TRECCANI – REPRESENTANTE DA FETAGRI; DR. LEONARDO SIROTHEAU – REPRESENTANTE DA AGU; DR. ROSSIVAGNER SANTANA SANTOS - REPRESENTANTE DA DEFENSORIA PÚBLICA; DR. ALAN MANSUR- REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL; DR. RAPHAEL VALE – REPRESENTANTE DA OAB; DR. PAULO MARCELO ACCIOLI – NESTE ATO REPRESENTANDO REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ; DR. NILDON DELEON – REPRESENTANTE DA SDDH; AUSÊNCIA JUSTIFICADA: DRA. ANA CLAUDIA LINS – REPRESENTANTE DA SDDH; DR. ARTUR TOURINHO E DR. FLÁVIO RICARDO ALBUQUERQUE AZEVEDO REPRESENTANTES DO ITERPA; PADRE PAULO JOANIL, REPRESENTANTE DA CNBB; DRA. CAROLINE BASTOS DO AMARANTE, REPRESENTANTE DO INCRA; OS DEMAIS REPRESENTANTES NÃO COMPARECERAM APESAR DE DEVIDAMENTE NOTIFICADOS POR E-MAIL. OS QUE AQUI COMPARECERAM ASSINARAM A LISTA DE PRESENÇA QUE É PARTE INTEGRANTE DESTA ATA;

PAUTA: 1- Informações sobre o sistema eletrônico ARISP & TJE; 2- Eventual ida a Brasília, para a audiência com a Ministra Rosa Weber sobre o MS; 3 – Sugestões para alteração de texto do Provimento 33/2013 – CNJ, para que sejam incluídas glebas estaduais; 4 – Resposta do ITERPA, INCRA e TERRA LEGAL (extratos de todas as certidões expedidas por esses órgãos, a partir da publicação da instrução CJCI nº 004, de 16 de agosto de 2006 e suas alterações posteriores; bem como a partir da publicação do Provimento Conjunto nº 10/2012 – CJRMB/CJCI de 17.12.2012, conforme dispõe o art. 3º, inciso I);

O Presidente da Comissão abriu a reunião agradecendo a presença dos representantes acima elencados. Após a leitura da pauta foi lida a ATA da última reunião realizada no dia 30.08.2013 e por todos aprovada. Houve uma análise do item 2 da ata anterior, em relação aos documentos enviados pelo Senado Federal, no qual foi realizado o relatório pela secretaria da comissão, em que das dezoito matrículas analisadas, apenas 15 foram encontradas junto aos documentos do Senado. As matrículas que não foram encontradas foram duas da Companhia Vale do Rio Doce e uma da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUIDORIA AGRÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM
Av. Almirante Barroso, 2380, Marco, CEP 66.093-034 - Telefone: (91) 31311600

Andrade Gutierrez. Dr. Girolamo, da FETAGRI, sugeriu que se encaminhe um ofício ao senado requisitando informações a respeito destas matrículas.

ITEM 1: Informações sobre o sistema eletrônico ARISP & TJE; A comissão remeteu correspondência ao TJE, a fim de obter informações sobre a aplicação do sistema ARISP, e não obteve resposta. Também houve correspondência enviada ao CNJ, sobre o mesmo tema, no qual obteve resposta que foi encaminhada a todos os membros. A comissão decidiu fazer demanda direta ao TJPA, para a aplicação da ARISP, já que o CNJ, em resposta ao ofício nº 23/2013 – CPMEAQLG, respondeu por meio do ofício 491/SG/2013, que não tem conhecimento de sistemas criado pela ARISP. A proposta da Comissão é que se tenha um termo de cooperação entre a ANOREG e ARISP. Já que o membro da ANOREG não compareceu a reunião, foi decidido que deveria haver uma reunião extraordinária, com a ANOREG, para discutir a respeito desse tema. O Dr. Rossivagner propôs que fosse solicitado informações para o TJESP para informar como foi feito a implantação da ARISP em São Paulo e se há provimento que autoriza isso. Esse ofício tem que ser para presidência e para própria ARISP. A vantagem de oficiar o TJESP é para saber o parâmetro que foi utilizado nesta implementação. O Dr. Girolamo pede para constar em ata a posição da comissão para a implantação urgente de um sistema, seja ele qual for. O Dr. Marcio Vasconcelos, disse que se poderia encontrar no site do TJSP todas as informações sobre o sistema ARISP implantado em SP. A secretaria se comprometeu em entrar no site do TJESP para procurar se existe algum instrumento sobre a aplicação da ARISP e, também, fazer um contato telefônico com a ARISP. Foi decidido que haverá uma reunião informal, do Desembargador Otávio Maciel, com os Corregedores para saber como está a situação da aplicação dos sistemas e sugerir a aplicação da ARISP, depois disso, marcar uma reunião formal da Comissão com esses corregedores. Dr. Girolamo sugere, na qual é acatado pela comissão, fazer contato com o MDA para saber se há dinheiro para fazer a modernização dos cartórios.

ITEM 2: Eventual ida a Brasília, para a audiência com a Ministra Rosa Weber sobre os MS's;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUIDORIA AGRÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM
Av. Almirante Barroso, 2380, Marco, CEP 66.093-034 - Telefone: (91) 31311600

Os membros da comissão se comprometeram em ir à Brasília, para uma audiência com a Ministra Rosa Weber e, se for possível, marcar esta audiência, no mesmo período, com o Dr. Guedes do MDA, para, preferencialmente, início de novembro. O convite será encaminhado para todos os membros da comissão, para que estes, dentro de suas possibilidades, irem às audiências. Para as reuniões, deve-se colocar o nome de todos os representantes da comissão, para caso estes tiverem, posterior, possibilidade de ir até lá. A secretaria se comprometeu em tentar marcar ambas as audiências.

ITEM 3: – Sugestão para alteração de texto do Provimento 33/2013 – CNJ, para que sejam incluídas glebas estaduais; Dr. Márcio Vasconcelos requer mais prazo, utilizando o provimento do ITERPA, para apresentar a minuta para enviar ao CNJ.

ITEM 4: - Resposta do ITERPA, INCRA e TERRA LEGAL (extratos de todas as certidões expedidas por esses órgãos, a partir da publicação da instrução CJCI nº 004, de 16 de agosto de 2006 e suas alterações posteriores; bem como a partir da publicação do Provimento Conjunto nº 10/2012 – CJRMB/CJCI de 17.12.2012, conforme dispõe o art. 3º, inciso I);

A secretaria da comissão informou que foram feitos reiterados pedidos a esses órgãos, porém não foram respondidos. Foi decidido, que se deve novamente reitera-los.

ITEM 5: - O que ocorrer; o representante da PGE, Dr. Márcio Vasconcelos, se comprometeu a repassar o seu certificado digital afim de ingressar em todos os mandados de segurança no STF.

DELIBERAÇÃO:

- 1 – Oficiar o TJEP, sugerindo a aplicabilidade do sistema eletrônico ARISP;**
- 2 – A secretaria se compromete em entrar no site do TJESP para procurar se existe algum instrumento sobre a aplicação da ARISP e, também, fazer um contato telefônico, se necessário;**
- 3 - Oficiar o TJESP para conhecer os Provimentos a respeito da aplicação da ARISP e conhecer os parâmetros que foram utilizados;**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM
Av. Almirante Barroso, 2380, Marco, CEP 66.093-034 - Telefone: (91) 31311600

4 – Marcar reunião extraordinária com a ANOREG, a respeito da possível cooperação entre ANOREG e ARISP;

5- Marcar uma reunião informal entre o Desembargador Otávio Maciel, com os Desembargadores Corregedores da Capital e do Interior para saber como está a situação da aplicação dos sistemas e sugerir a aplicação da ARISP, depois disso, marcar uma reunião formal da comissão com esses corregedores.

6 - A secretaria se comprometeu em tentar marcar audiência com a Ministra Rosa Weber e com Dr. Guedes do MDA.

7 - Reiterar os pedidos ao ITERPA, INCRA e TERRA LEGAL.

Nada mais havendo, deu-se este termo por encerrado que vai por todos assinado. Eu, Maria Adelaide Cardoso Trindade, servindo como Secretária da Comissão, digitei e conferi.


DES. OTÁVIO MARCELINO MACIEL
OUVIDOR AGRÁRIO DO TJPA

